

Publ	icado no Municíp	Jornal Dia oio de Cam	ário Ofici po Largo,
	692	Página:	
Dat	a: 14	106	116

LEI Nº 2808.

Da ta: 30 de abril de 2014.

Súmula:

Institui

o Programa

Mãe

Campolarguense.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO, Estado do Paraná, APROVOU e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei,

Art. 1º Institui o Programa Mãe Campolarguense, regulamentando o atendimento as mães campolarguenses.

CAPITULO I DOS OBJETIVOS E DA ESTRUTURA

- **Art. 2º** O Programa Mãe Campolarguense tem os seguintes objetivos:
- I articular, formular, executar e monitorar ações que promovam a redução da morbimortalidade materna e infantil no Município;
- II qualificar a atenção integral e humanizada à mulher durante o ciclo gravídico-puerperal;
- III qualificar a atenção integral e humanizada às crianças até o primeiro ano de vida;
- IV articular, fortalecer e supervisionar as políticas públicas de atenção à primeira infância desenvolvidas no Município;
- V consolidar os direitos de cidadania mediante acesso à documentação;
- VI fortalecer vínculos familiares através da proteção social básica;
- VII fortalecer a segurança alimentar e nutricional de gestantes cadastradas no programa e de suas crianças por meio de ações de educação alimentar e da articulação de programas nas áreas de saúde, assistência social e agricultura;



- VIII propiciar espaços de informação e qualificação profissional das famílias beneficiárias, promovendo a sua inclusão produtiva de modo sustentável:
- IX consolidar a alfabetização e a melhoria do nível de escolaridade das famílias acompanhadas;
- X promover ações articuladas, constituindo uma rede de solidariedade entre programas e ações desenvolvidos pelo Município, por entidades não-governamentais e pela sociedade.
- **Art. 3º** O Programa Mãe Campolarguense tem a seguinte estrutura:
 - I Conselho Consultivo;
 - II Comitê Executivo; e
 - III Comitê de Assessoramento;

Parágrafo único. A definição do objetivo, dos membros e o modo de funcionamento dos órgãos de que trata o caput deste artigo serão estabelecidos em Decreto.

CAPÍTULO II DAS BENEFICIÁRIAS E DO CADASTRAMENTO

Art. 4º O Programa Mãe Campolarguense destina-se às mulheres gestantes, residentes no Município de Campo Largo, usuárias do Sistema Único de Saúde, a partir da confirmação da gravidez, abrangendo a atenção integral à gestação, parto e puerpério, estímulo à alfabetização das gestantes, proteção social e segurança alimentar e nutricional da mãe e da criança.

Parágrafo único. O Programa englobará, além do estabelecido no caput deste artigo, ações de estímulo à autonomia socioeconômica, através da viabilização do direito à documentação e da formação e profissionalização das mulheres atendidas e respectivas famílias.

Art. 5º Serão cadastradas no Programa as mulheres residentes no Município de Campo Largo, usuárias do Sistema Único de Saúde do Município.



CAPÍTULO III DAS AÇÕES DO PROGRAMA

- **Art. 6º** As mulheres cadastradas no Programa poderão ser beneficiadas com as seguintes ações:
 - I realização do parto humanizado;
 - II alfabetização e melhoria do nível de escolaridade;
 - III educação em segurança alimentar e nutricional;
 - IV acesso à documentação;
 - V oferta de cursos de formação e profissionalização;

Parágrafo único - Os familiares da gestante poderão ser incluídos nas políticas e ações estabelecidas pelo Programa.

CAPÍTULO IV DAS ATRIBUIÇÕES DOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS Seção I Da Secretaria Municipal de Saúde

- Art. 7º Compete à Secretaria Municipal de Saúde, no âmbito do Programa:
 - I implantar a Política de Direitos Sexuais e Reprodutivos;
- II fortalecer ações para garantir atenção ao pré-natal com qualidade;
 - III viabilizar o acesso ao parto humanizado;
- IV qualificar o acompanhamento à saúde da mãe, no puerpério, e da criança, na forma desta Lei;
- V qualificar a atenção integral e humanizada à gestante e à criança nas intercorrências da gestação, parto, nascimento, puerpério e situação de abortamento;
- VI promover ações de redução dos índices de desnutrição infantil e materna; e
- VII mobilizar agentes sociais em defesa dos direitos de crianças e mulheres.



Seção II Da Secretaria Municipal de Assistência Social

- Art. 8º Compete à Secretaria Municipal de Assistência Social, no âmbito do Programa:
- I identificar gestantes e crianças em situação de vulnerabilidade social, alimentar e nutricional, articulando programas e ações sociais de saúde e de extensão rural na perspectiva da segurança alimentar e nutricional;
- II realizar ações de educação alimentar com vistas à segurança alimentar e nutricional por meio de oficinas se aproveitamento total dos alimentos e práticas alimentares saudáveis;
- III estimular o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, através de uma política de proteção social;
- IV qualificar o atendimento dos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS e da rede socioassistencial, através da capacitação dos agentes públicos e sociais;
- V articular a inclusão da gestante e de sua família em outros programas sociais e o seu atendimento através do Sistema Único da Assistência Social - SUAS.

Seção IV

Da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural

- **Art. 9º** Compete à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, no âmbito do Programa:
- I promover a realização de cursos de aproveitamento integral dos alimentos;
- II promover a realização de oficinas de orientação, para redução e prevenção da intoxicação e infecção alimentar;
- III promover a realização de oficinas de orientação, para descarte adequado do lixo alimentar;
- IV promover a inclusão das gestantes e de suas famílias nos programas e ações desenvolvidos pela Secretaria.



CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

- **Art. 10.** O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, mediante Decreto.
- **Art. 11.** As despesas com a execução da presente Lei correrão à conta de dotações orçamentárias previstas na Lei Orçamentária Anual.
- **Art. 12.** Esta Lei entra em vigor 60 dias após a data de sua publicação.
 - Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal Campo Largo, em 23 de maio de

2016.

Affønso Portugal Guimarãe

Prefeito Municipal